

A exclusão social como revelador das relações entre violência estrutural e violência quotidiana

Social Exclusion as an Indicator of the Relationship between Structural Violence and Everyday Violence

REBUT: 05.02.2014 // ACCEPTAT: 27.05.2014

Luís Fernandes

Centro de Ciências do Comportamento Desviante da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto (FPCEP-UP)

Resumo

Propomos neste artigo um exercício conceptual em torno daquilo que designamos como *objectos fluidos*, e que materializamos em torno da exclusão social e da violência. Decorre da crítica ao carácter de objecto fluído que discutamos estas noções e que façamos uma proposta da sua clarificação, tendo como base a nossa trajectória como etnógrafos em zonas e com actores conotados com a exclusão e a violência. É também através desta base empírica que concretizaremos a violência estrutural através de duas das suas modalidades de produção: a acção política e os dispositivos de controle social; quanto à violência quotidiana, concretizamo-la também através de duas das suas formas de produção: acções policiais em “zonas problemáticas” e operações de demolição de “bairros das drogas”. Relacionamos por fim estes dois níveis de expressão da violência através da exclusão social, evidenciando a vitimação colectiva e o sofrimento social como dimensões do estatuto de excluído.

Palavras-chave: violência estrutural, violências quotidianas, exclusão social, bairros sociais, vitimação colectiva, sofrimento social.

Abstract

This article is a conceptual exercise in what is called *fluid objects*, materialized in violence and social exclusion. These notions are discussed and clarified through a critique of the nature of fluid objects based on the ethnographic experience itself in areas and with social actors linked to exclusion and violence. This is the empirical basis for the analysis of two modes of production of structural violence: political action and mechanisms of social control. This article will also consider two modes of production of everyday violence: police activities in “troubled areas” and the demolition of public housing areas associated with drug use. It is argued that these two levels of violence are articulated through social exclusion, and that the status of the excluded is marked by collective victimization and social suffering.

Keywords: structural violence, everyday violence, social exclusion, public housing, collective victimization, social suffering.

Introdução

O exercício a que nos propomos neste artigo é conceptual: parte da constatação da fluidez de expressões como “exclusão social” ou de termos como “violência”, para discutir a sua delimitação a partir de referentes sociais concretos, articulando os planos institucionais e do actor social. Se bem que desenvolvido no plano conceptual, o exercício é suscitado por uma série de trabalhos empíricos que fomos desenvolvendo desde o início dos anos 90 nos habitualmente designados “bairros degradados”, “bairros problemáticos”, “bairros das drogas”. Com efeito, realizámos vários trabalhos de campo etnográficos, em diferentes momentos, em bairros de habitação social da periferia do Porto, tendo como objectivo fundamental a caracterização dos territórios e dos actores envolvidos nas práticas em torno das drogas ilegais.

O nosso trabalho naquilo que então designámos como *territórios psicotrópicos* (Fernandes 1998) foi mostrando a importância dos temas da violência e da exclusão social, embora não fossem estes os nossos pontos de partida. Iniciaremos com uma breve descrição dos nossos trabalhos etnográficos. Não pretendemos aqui expor resultados de pesquisa, exercício que já fizemos noutros momentos (cf. Fernandes e Agra 1991; Fernandes 1998 e 2002; Fernandes e Neves 2002; Fernandes e Pinto 2004), mas mobilizá-los à medida que precisarmos deles para materializar os argumentos que fomos desenvolvendo.

Investigação etnográfica em territórios psicotrópicos

Ao longo dos anos 80 do século XX desenvolveu-se em Portugal um mercado de retalho das drogas ilegais que viria a estabilizar-se progressivamente em torno da heroína e, com menor importância, da cocaína e do haxixe. Este mercado multiplicou pontos de venda por várias zonas urbanas e periurbanas, com destaque para Porto e Lisboa. É neste contexto que irá salientar-se a figura do “bairro social degradado”, sucessivamente rebaptizado como “problemático”, “crítico”, “sensível” – para a generalidade da comunicação social simplesmente “bairros da droga” ou “bairros do tráfico”.

Foi nestes contextos socioespaciais da cidade do Porto que desenvolvemos o nosso trabalho, utilizando o método etnográfico para compreender dum modo próximo e vivido as realidades e os actores locais e estabelecer as características e a funcionalidade que o fenómeno droga aí desempenhava. No início da década de 90 realizámos pesquisa num bairro de centro histórico (bairro da Sé) e num da periferia ocidental do Porto (bairro do Aleixo), por essa altura os dois lugares mais conotados no debate público com venda e consumo de drogas (Fernandes e Agra 1990); realizaríamos pesquisa entre 1992 e 1995 noutro bairro camarário da zona ocidental (bairro da Pasteleira), aí residindo por um ano durante o trabalho de campo (Fernandes 1998 e 2002). Na segunda metade da década de 90 levaríamos a cabo nova pesquisa etnográfica, desta vez num bairro da zona oriental da cidade, o Cerco do Porto (Fernandes e Neves 2002); regressaríamos a esta zona no final dos anos 2000, agora para uma pesquisa naquele que era considerado no debate público como o bairro mais problemático da cidade e maior centro de venda e consumo de drogas (Fernandes e Ramos 2010). Fizemos ao longo desse conjunto de trabalhos a caracterização ecosocial desses bairros de habitação popular, descrevemos com detalhe a vida quotidiana nestes lugares, mostrando como as suas práticas diárias de sociabilidade relevavam mais do banal do que do excepcional, que a comunicação

social insistia em evidenciar. Mas o foco da nossa análise era o modo como as práticas em torno das drogas ali se desenvolviam, que tipos de actores as protagonizavam, que tipos de drogas eram vendidas e consumidas, que modos de consumo (grupais, individuais, intravenosos, fumados...) estavam presentes.

Propusemos então o conceito de *território psicotrópico* para dar conta dos espaços que serviam de base às actividades diárias da compra, venda e consumo de substâncias psicoactivas ilegais. Definimo-los como atractores de indivíduos que têm interesses em torno das drogas, com um programa comportamental orientado para os aspectos instrumentais ligados a um estilo de vida em que aquelas têm um papel importante. Configuram-se como territórios através do reconhecimento das funções que desempenham e dos comportamentos de defesa em relação a estranhos, por parte dos actores que os apropriam. Constituem o nível final da maquinaria de distribuição das drogas (Fernandes 1998, 2000 e 2002; Fernandes e Pinto 2004). A fixação destes territórios psicotrópicos em zonas que, ao nível das imagens da cidade, eram (e são ainda) consideradas “degradadas”, “problemáticas”, “excluídas”, converteu o fenómeno droga num ponto de convergência dos temas da “exclusão social” e da “insegurança pública”.

Exclusão social e violência como objectos fluidos

O nosso percurso de investigação, no contacto próximo com aquilo que o discurso público designa como “populações excluídas” e “zonas violentas”, tem-nos posto de sobreaviso em relação a estas categorias. Exclusão social e violência não são conceitos, mas áreas de convergência temática: a sua consistência teórica está comprometida pela heterogeneidade dos espaços, situações, grupos e indivíduos que dizemos “excluídos” ou que afirmamos como “violentos”. A sua evidência empírica é, portanto, resultante duma dispersão de elementos que têm pouco em comum entre si, o que as torna de difícil operacionalização tanto para o planeamento da investigação como para o trabalho conceptual. Este conjunto de características-problema levou-nos a designá-los como *objectos fluidos* (Fernandes e Carvalho 2000).

São vários os autores que sublinham estas características tanto da violência como da exclusão. Sobre a violência, Angelina Peralva sintetiza-as bem quando afirma que ela é “um fenómeno empírico multiforme e uma noção polissémica” (Peralva 2001: 21). Gerard Imbert (1992) analisa as distâncias entre a violência vivida e a violência visualizada, mostrando como esta última é uma construção mediática que traz para o campo semântico da violência os temas das condutas anómicas, da desordem social, do medo, da insegurança e da delinquência. Sobre a exclusão social, Robert Castel (2000: 55) adverte que “o conceito parece perigoso em muitos dos seus empregos, mas talvez não haja que excluí-lo, digamos, totalmente”, e acrescenta que “falar de exclusão conduz a tratar separadamente certas situações limite que só adquirem sentido quando as inserimos em determinados processos [...]”. Vou concluir dizendo que a palavra *exclusão* pode ter um sentido, e que o risco da exclusão não é pura fantasia. Mas há que estar vigilantes ante o emprego desta noção, e a primeira regra seria talvez não gritar todo o tempo “aí vem o lobo”, chamando exclusão a todas as situações de desequilíbrio social (Ibi: 69).

Serge Paugam (1996) vai no mesmo sentido ao considerar que só à medida que se vulgarizou no debate público é que se tornou uma categoria de pensamento social, fluida e equívoca. De tal modo se banalizou que toda a gente recorre a ela

para caracterizar diversas situações ou populações das quais é difícil extrair o que têm de comum. O autor acrescenta que “ela é sobretudo uma categoria de acção pública de estatuto hegemónico” (Ibi: 7). Por outro lado, se quisermos continuar a considerar *exclusão* um conceito, deparamo-nos com a dificuldade de que só consegue concretizar-se por referência a outros conceitos, como o de vulnerabilidade (Castel 2000) ou o de inclusão/integração:

Como muitos outros conceitos, (o de exclusão) não funciona de maneira solitária, agindo na maior parte dos casos em parceria. O conceito de exclusão não pode, de facto, ser dissociado do conceito de inclusão ou de integração [...] (Soulet 2000: 13).

Os objectos fluidos geram um efeito atractor sobre uma variedade de actores e situações, reunindo-os dentro de etiquetas como “exclusão”, “violência”, “insegurança”. Em seu torno organizam-se formas de falar o lado “crísico” da vida social nas grandes cidades, oferecendo simultaneamente causas e consequências para uma grande quantidade de situações vividas como problemáticas. Este discurso quotidiano, repetido com insistência nas relações sociais correntes, é sugestivamente designado como *crime talk* por Teresa Caldeira (1992). Estas características dos objectos fluidos devem alertar-nos para a necessidade de não aderirmos acriticamente a categorias discursivas de grande efeito no discurso público e repercutidas incessantemente pelos meios de comunicação social. A criminologia crítica mostrou já há muito o quanto elas têm como consequência isolar entidades que se tornam nos elementos centrais da reacção social e do reforço de estratégias de controle, evidenciando assim o quanto o desvio contribui para os mecanismos de consenso e de manutenção da ordem (cf. Cohen 2002; Young 1972; Cohen e Young 1973).

As figuras da ameaça vão-se renovando à medida que vão sofrendo exaustão mediática. Neste processo incessante, assistimos hoje às preocupações em torno da alteração da ordem pública protagonizada por grupos de jovens, da *underclass* ou dos “bairros da droga”.¹ A atenção que lhes é dedicada pela comunicação social converte-as em bodes expiatórios do mal-estar social, ajudando à construção e circulação de estereótipos que legitimam processos de estigmatização. Estamos de acordo com Patrick Champagne quando afirma que

Os mal-estares sociais não têm uma existência visível senão quando se fala deles nos *mass media*, isto é, quando são reconhecidos como tal pelos jornalistas. Ora, eles não se reduzem apenas aos mal-estares sociais mediaticamente constituídos, nem, sobretudo, à imagem que os meios de comunicação dão deles quando os percebem (Champagne 1993: 63).

Também Manuel Delgado (2011) analisa o efeito do labor dos *mass media*, chamando a atenção para a produção da “suspeita e da ignomínia”. Refere o modo como as apropriações mediáticas deturpadas geram reacções nos grupos mediatizados. O autor afirma que a activação de tais deturpações mediáticas tem como função social criar ou manter os imaginários sociais hegemónicos, estimulando uma reacção social assente na moral dominante. Este intercâmbio simbiótico entre os meios de comunicação social e os jovens amplia as respostas

¹ Cf., por exemplo, Mucchielli e Goaziou (2006) para os incêndios associados a jovens amotinados em 2005 em grandes cidades francesas; Wacquant (1996) para a *underclass*, que define como amálgama de categorias percebida como ameaça, indissociavelmente física, moral e fiscal, à integridade da sociedade urbana; Fernandes (2010) para os “bairros de exclusão” associados pelos *mass media* ao tráfico e consumo de drogas.

juvenis, o que por seu turno gerará maior representação mediática. “O que ao princípio eram apenas marcas de distinção pode converter-se [...] em marcas de infâmia” (Ibi: 36). Nesta passagem para as “marcas de infâmia” os meios de comunicação social integram esses grupos no centro de um enredo discursivo que conduz as práticas estigmatizadoras, como por exemplo, a associação destes grupos a manifestações, a descatos em discotecas, a concertos rock. E com isto se produzem “lendas urbanas”.

Para uma problematização da exclusão, da violência estrutural e da violência quotidiana

Do ponto anterior, em que nos posicionámos perante o risco que pode representar a investigação que não questiona a natureza fluida de certos objectos sociais, decorre a precaução a ter nesta secção: de que tipo de exclusão e de que tipo de violência falamos?

Exclusão social: mecanismos individuais ou colectivos?

O conjunto de situações que reunimos sob a etiqueta “exclusão social” representa, por si só, a consequência dum tipo de violência e portanto de vitimação: a colectiva. Se reconhecemos, enquanto sociedade, que há pessoas, grupos e territórios excluídos, é porque admitimos existir um conjunto de mecanismos que colocam em situação de grande dificuldade esses indivíduos, grupos e territórios. Saber se esses mecanismos radicam nos indivíduos aos quais se aplica o rótulo de excluídos ou se radicam na estrutura e no funcionamento sociais é uma velha questão, que se funda em visões do mundo muito distintas. No primeiro caso os indivíduos seriam vítimas de si próprios (concepções em torno do *handicap*, da doença mental, das adições, da inadaptação social), ou do meio envolvente próximo (concepções em torno do défice de socialização, das práticas parentais inadequadas, das famílias disruptivas...) e as políticas oscilam entre a intervenção impelida por um *ethos* de compaixão, como já lhe chamou Didier Fassin (2001), e o controle do risco. No segundo caso, os indivíduos, grupos e territórios são vítimas de mecanismos segregacionistas que operam fora do seu controle (racismo, xenofobia, desigualdade estrutural no acesso aos recursos, reprodução transgeracional dos estatutos e papéis sociais desvalorizados/desqualificados) e as políticas visam minorar o impacto destes mecanismos.

Seja como for, subscrevemos Fassin (2001) quando afirma que “trata-se duma polarização moral entre compaixão e repressão, onde o processo de “securização” se articula com as lógicas da intervenção social”. Nas representações de senso-comum os múltiplos actores da “exclusão” sofrem uma rotação da situação de vítimas para a de agressores, sendo construídos no debate público como figuras da perigosidade. O exemplo mais claro é o dos jovens das periferias desqualificadas, olhados como membros de gangs e como traficantes de drogas, fazendo destes territórios verdadeiros casos de polícia (Fernandes e Pinto 2004; Mucchielli e Le Goaziou 2006).

Vivemos um tempo em que predomina a psychologização do social, como têm mostrado os analistas da individualidade contemporânea (cf. Lasch 1978; Elias 1993; Lipovetsky 2006). No nosso campo isto tem-se traduzido no reducionismo psicologizante das noções de agressor e de vítima, que relega para um plano

completamente secundário os processos de vitimação colectiva.² Tornar esta secundarização visível implica olhar de frente a violência estrutural nas nossas sociedades, o que significa escrutinar os poderes de governação, nas diferentes escalas em que se exerce e manifesta, num *continuum* entre os micropoderes difusos e as formas evidentes emanadas das políticas governativas, nos planos legislativo e executivo. Vejamos, pois, mais de perto o conceito de violência estrutural.

Violência estrutural

Para Galtung (1969) a violência estrutural está relacionada com o hiato existente entre as realizações actuais dos indivíduos e as suas realizações potenciais. Todas as acções que aumentem esse hiato ou que o impeçam de diminuir relevam da violência estrutural. Galtung refere a injustiça social como sua geradora e, por consequência, uma forma privilegiada de diminuição da violência estrutural seria a promoção da justiça social, instrumento para a redução do hiato existente entre as realizações actuais e potenciais dos indivíduos numa sociedade. Barbeiro e Machado, a propósito desta visão de Galtung, referem que

“[...] a violência estrutural é sinónimo da injustiça social que releva da forma como as hierarquias sociais estão estruturadas e da exploração dos grupos desfavorecidos pelos grupos dominantes” (Barbeiro e Machado 2011: 249).

A violência estrutural, de acordo com Philippe Bourgois (2001), diz respeito à forma como a organização politicoeconómica de uma sociedade se traduz na produção de desigualdades e opressões sociais crónicas, da pobreza à saúde, passando pelos direitos humanos e conduzindo, na maioria das vezes, a situações de sofrimento social. Exprime-se também no modo como situações de desvantagem se fixam com muito maior impacto em certas zonas e franjas da população, como a desinserção crónica em relação ao mercado formal de trabalho, o abandono escolar ou as novas formas de pobreza. A concretização do conceito torna-se mais clara quando a contrastamos com um tipo de violência mais próximo da experiência comum: a violência directa. Vejamos esta distinção tal como nos é proposta por Christie (2001), sintetizada por Barbosa (2013: 45):

“Enquanto a violência directa é geralmente dramática e pessoal, a violência estrutural é menos óbvia e impessoal. A violência directa ocorre de forma intermitente; já a violência estrutural tem um carácter mais contínuo. Na violência directa as relações sujeito-ação-objeto são facilmente observáveis, enquanto as estruturas económicas e políticas da violência estrutural não são directamente observáveis, tendo consequências lentas e difusas que se traduzem, por exemplo, nas taxas desproporcionalmente elevadas de mortalidade infantil em determinadas zonas geográficas. É possível inferir a presença de intencionalidade em casos de violência física, sendo mais difícil fazê-lo nos casos de violência estrutural, o que dificulta a sua criminalização”.

² Vimos em Blanco e Corte (2003), numa introdução a Poder, ideologia e violência, de Martin-Baró, uma reflexão similar relativamente àquilo que designam como “psicologia social hegemónica”. Utilizam a expressão “reduccionismo psicologicista” para referir a tendência a redefinir os fenómenos e problemas sociais segundo variáveis da psicologia individual, a abstrair tais assuntos do seu contexto histórico e a atribuir a causalidade dos actos aos indivíduos. Existiria, segundo Baró, uma influência evidente da ideologia liberal-burguesa na psicologia social hegemónica essencialmente pela ênfase no estudo de fenómenos intra-psíquicos e interpessoais e a incapacidade de indagação dos possíveis condicionantes macrosociais do comportamento, da cognição e da afectividade humanas.

Em suma, a violência estrutural pode emanar do lado das instâncias de gestão da vida colectiva, tal como procuraremos mostrar na secção seguinte.

Violência e dispositivos de controle

A produção de violência por dispositivos que se constituíram historicamente como modo de a controlar é uma circunstância amplamente tratada na literatura, tendo sido o foco de correntes hoje clássicas como a antipsiquiatria ou a criminologia crítica.³ Podemos aproximá-la do conceito de violência institucional, que Barbeiro e Machado (2011) situam entre dois pólos: o “positivista”, que se foca nas características individuais dos actores dessas instituições como geradores deste tipo de violência; o pólo “crítico”, que coloca a tónica nos aspectos socioculturais que engendram essa violência. A propósito deste último pólo as autoras referem que

aqui [nas abordagens críticas], a violência institucional é conceptualizada como uma violência dos grupos dominantes de uma sociedade, exercida sobre determinados grupos dominados (Ibi: 242).

Interessa-nos aqui focar duas das suas expressões, por terem sido detectadas ao longo das nossas investigações etnográficas: a da violência policial (Fernandes e Pinto 2004) e a que está associada a operações de demolição de “bairros problemáticos” (Fernandes e Ramos 2010; Fernandes 2011). A instalação do comércio de retalho das drogas ilegais, sobretudo da heroína, nestes lugares, se representou uma estratégia económica vantajosa no curto prazo, acabou por ter efeitos destrutivos sobre as comunidades locais. Colocadas sob suspeita, passam a ser olhadas no debate público como concentradores de toxicodependentes e traficantes e como focos de socialização no crime. Os “bairros das drogas” serão progressivamente olhados como espaços a evitar, reforçando agora no plano simbólico a sua descontinuidade física com a envolvente urbana. Passarão então a ser alvo de grande atenção policial, zonas eleitas pelas instâncias da segurança pública para as suas demonstrações simbólicas de eficácia (Fernandes e Rego 2011), tornando estas populações as grandes “clientes” do sistema carcerário (cf. Cunha 2002).

Este ritual securitário atingiu a sua máxima expressão quando o poder autárquico do Porto decidiu demolir o bairro que concentrava os maiores territórios psicotrópicos da cidade, invocando precisamente “o tráfico de droga” e considerando-o responsável por ter tornado o bairro no “cancro da cidade que urge extirpar” (linguagem de responsáveis autárquicos reproduzida na imprensa, cf. Fernandes 2006). O processo de desarticulação do bairro viria a revelar métodos coercivos, sem negociação dos realojamentos ou dos prazos de saída com muitos dos moradores, resultando numa operação urbana marcada pela violência (cf. Fernandes e Ramos 2010), que configurou no caso de muitas famílias um verdadeiro acto de expulsão das suas casas utilizando a força policial. A esta violência institucional exercida pela polícia e pelo poder político viriam juntar-se violências quotidianas disseminadas, em que toxicodependentes em situação de grande precariedade, muitas vezes em situação de sem-abrigo, eram vítimas de agressões por parte de moradores vizinhos das zonas de concentração *drug*,

³ Cf por exemplo o clássico *Los crímenes de la paz* (Basaglia e Ongaro 1977), onde autores como Michel Foucault, Robert Castel, Ronald Laing, Erving Goffman, Thomas Szasz, Stanley Cohen e outros analisam a violência inscrita nas práticas institucionais de hospitais psiquiátricos e prisões.

nomeadamente por grupos de adolescentes do bairro. Entramos assim num outro nível de expressão da violência, que analisaremos brevemente a seguir.

Violência quotidiana

A violência quotidiana diz respeito às suas práticas e expressões ao nível das interacções micro. De acordo com Bourgois (2001), a quotidianidade de tais práticas e expressões acaba por normalizar a violência ao nível das relações interpessoais, criando-se um *ethos* local de cultura de violência - eis também o que vimos acontecer nas zonas da nossa pesquisa de terreno. As acções policiais nestes territórios mostram bem o quanto as categorias conceptuais dos cientistas sociais dividem artificialmente a realidade. Com efeito, se os maus tratos a toxicodependentes de rua por parte de agentes policiais relevam da violência institucional, por outro lado a sua prática reiterada, marcando presença frequente nos *hots spots* de concentração de utilizadores e vendedores de drogas e o modo como origina respostas defensivas por parte destes, testemunha da violência quotidiana. Dito doutro modo, as acções policiais em que há agressão física a toxicodependentes de rua fazem comunicar estas duas formas de violência: ao nível da rua, a violência institucional protagonizada pela polícia é uma violência quotidiana.

Interrogámo-nos muitas vezes sobre o porquê de ser tão frequente a violência policial sobre estes actores sociais, que estão muitas vezes em condições de saúde fragilizadas e não representam ameaça criminal nem para os residentes nem para os agentes da segurança pública. Por outras palavras, interrogamos o significado que ela assume nas relações entre ordem social e mundos desviantes. Interpretamo-la como elemento dum quadro mais geral em que violências várias, mais ou menos difusas, mais ou menos escondidas ou ostentadas, aparecem como um traço do quotidiano nestes contextos. Há uma crispação da vida diária em que o conflito entre vizinhos está latente e pode manifestar-se a qualquer momento, há símbolos de desordem nas paredes e nos equipamentos vandalizados, há brincadeiras juvenis em que os conteúdos agressivos são permanentes. O toxicodependente de rua é, por sua vez, o concentrador de agressões várias: de grupos de adolescentes do próprio bairro, de moradores descontentes com a sua presença tão próximo de suas casas, de vendedores de drogas que lhes cobram dívidas.

Podemos lançar a hipótese de que a forma como o “mundo da droga” foi sendo construído como um não-valor no quadro das políticas proibicionistas como que autoriza o exercício da violência sobre aqueles que representam o seu lado mais vulnerável. Mas parece-nos também que a naturalização da violência é uma das dimensões da exclusão: quando acontece reiteradamente num lugar, põe em evidência o quanto aí se suspendem as regras da sociabilidade comum. Como se entrássemos num território aparte, em que a violência exprime, pela sua banalização, a excepcionalidade que aí se vive.

Das relações entre violências estrutural e quotidiana

Num primeiro olhar de senso-comum podemos ter a tentação de considerar que quanto maior for o nível de violência estrutural maior será a expressão da violência quotidiana. No entanto as relações entre ambas não são assim tão directas. Pode até acontecer o inverso: sociedades com grandes níveis de violência estrutural

podem ter um efeito de silenciamento das formas quotidianas de violência, dando uma imagem de paz social tanto para o exterior como para os seus próprios membros, como o mostrou bem o Portugal da época da ditadura salazarista que perdurou até 1974.⁴ A exclusão social pode ser tomada como um revelador da relação entre as duas formas de violência: os mecanismos estruturais que a produzem agudizam as manifestações concretas da violência quotidiana. Os resultados do nosso trabalho de campo a que já aludimos na primeira secção permitiram identificar o processo de segregação espacial e simbólica dos chamados “bairros das drogas”, evidenciando como ambas as formas de violência entram em relação. Vejamos, muito esquematicamente, a sequência de passos de tal processo:

- certos bairros sociais são etiquetados como “bairros da droga”, “bairros de tráfico” e nomeados no discurso colectivo como entidades produtoras do mal;
- esta identificação pública legitima a sua selecção como alvos preferenciais das acções policiais de “repressão ao tráfico”;
- as acções policiais são mediatizadas com regularidade, noticiando apreensões de droga, de objectos furtados, de automóveis de alta cilindrada, de armas e detenções de traficantes, confirmando que estamos realmente perante “bairros da droga” que é necessário controlar;
- as acções policiais exercem com frequência violência sobre utilizadores de drogas que fazem destes territórios psicotrópicos local diário de vida, num tipo de acção que, tal como já mostrámos na secção anterior, testemunha em simultâneo da violência estrutural e da quotidiana: Porque a polícia é um organismo do Estado que devia assegurar a ordem e não ser gerador de violência desproporcional; porque ao atacar é produtora local de violência, instigando-a também contra ela como resposta defensiva por parte de indivíduos do mercado de drogas local; porque, finalmente, a sua presença frequente nestes locais produz tensão na comunidade e converte lugares residenciais em casos de polícia;
- esta imagem é reenviada à comunicação social e ao debate sociopolítico, conduzindo a violência quotidiana ao estatuto de notícia, o que fornece argumentos para a legitimação de mais acções de controle, aumentando a probabilidade do exercício de violência estrutural.

Esta sequência produtora de segregação espacial e simbólica tem potencial gerador de sofrimento social nas populações destes conjuntos residenciais. Tal como na violência individual (por exemplo, violência delinquencial, violência doméstica, maus tratos infantis) há uma experiência de sofrimento psicológico nas vítimas, que pode prolongar-se no tempo pela presença do trauma e pela dor mental, também no ciclo retroalimentado entre violência estrutural e violências quotidianas há a experiência da vitimação colectiva marcada pelo sofrimento social. Subscrevemos Pussetti e Brazzabeni quando afirmam que

“uma leitura antropológicamente sensível do sofrimento social é portanto uma questão política e uma responsabilidade ética em relação a actores sociais, tantas vezes silenciados, e que consideramos, antes de tudo, como sujeitos políticos e morais que, muitas vezes, manifestam sintomas produzidos pela estrutura social, pelas suas desigualdades ou pelas profundas feridas da história” (Pussetti e Brazzabeni 2011: 472).

⁴ O regime ditatorial veiculava uma imagem de “país dos brandos costumes”, que estava a salvo das desordens que afligiam os outros países europeus, desde o problema da guerra (Portugal manteve uma posição oficial de neutralidade durante a 2ª guerra mundial) até à delinquência e, já no início dos anos 70, do “flagelo da droga”.

Nota final

Em suma, a exclusão social, materializada na figura dos “bairros das drogas” e dos seus actores nomeados no discurso colectivo como “excluídos”, é um bom revelador da relação entre os dois níveis de violência que estamos aqui a considerar, mostrando como se alimentam mutuamente. Mas terminaremos este artigo do mesmo modo como começámos: alertando para o carácter fluido destes objectos. Que dizemos ao dizer “violência estrutural”? E ao dizer “exclusão social”? Que práticas identificamos ao dizer “violências quotidianas”? Cabe aos especialistas fazer este género de exercícios analíticos sobre estas palavras carregadas de múltiplos sentidos pela multiplicidade dos discursos mas lidas como se falassem sempre do mesmo referente – eis o contributo que procurámos dar com este artigo.

Referências bibliográficas

- BARBEIRO, A. e MACHADO, C. (2010) “Violência institucional e privação dos direitos humanos: contributos para uma abordagem vitimológica”, in MACHADO, C. (ed.) *Novas Formas de Vitimação Criminal*. Braga: Psiquilibrios Edições, pp. 238-276.
- BARBOSA, M. (2013). *Violência de Estado*. Braga: Universidade do Minho (tese de doutoramento).
- BASAGLIA, F. e ONGARO, F. (1977) *Los Crímenes de la paz – investigación sobre los intelectuales y los técnicos como servidores de la opresión*. Madrid: Siglo XXI de España.
- BLANCO, A. e CORTE, L. (2003) “Introducción a la Perspectiva de Ignacio Martín-Baró”, in MARTÍN-BARÓ, I. *Poder, ideología y violencia*. Madrid: Editorial Trotta.
- BOURGOIS, P. (2004) “Crack-cocaína y economía política del sufrimiento social en Norteamérica”, *Humanitas* 5, pp. 95-103
- CALDEIRA, T. (2000), *City of Walls: Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo*, Berkeley and Los Angeles: University of California Press
- CASTEL, R. (2000) “Enquadre de la exclusión”, in KARSZ, S. (ed) *La exclusión. Bordeando sus fronteras : definiciones y matices*. Barcelona : Gedisa.
- CHAMPAGNE, P. (1993) “La Vision Médiatic”, in BOURDIEU, P. (ed) *La Misère du Mond*, Paris: Editions du Seuil.
- CHIARA, P. e BRAZZABENI, M. (2011) “Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo”, *Etnográfica* 15 (3), pp. 467-478.
- COHEN, S. (2002 [1972]) *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers* (3rd Ed.), London: Routledge.
- COHEN, S. e YOUNG, J. (1973). *The Manufacture of News: A Reader*, Beverly Hills: Sage.
- CHRISTIE, D. (2001) “Structural peacebuilding: Psychology and the pursuit of social justice”, in CHRISTIE, D. J., WAGNER, R. V., WINTER, D. A. (Eds.), *Peace, Conflict, and Violence: Peace Psychology for the 21st Century*, Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, pp. 277-281.

- DELGADO, M. (2011) “Distinción y estigma. Los jóvenes y el espacio público urbano”, in TRILLA, J. *et al.* (eds.) *Jóvenes y espacio público. Del estigma a la indignación*, Barcelona: Edicions Bellaterra.
- CUNHA, M. (2002) *Entre o Bairro e a Prisão – Tráfico e Trajetos*. Lisboa: Fim de Século.
- ELIAS, N. (1993) *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- FASSIN, D. (2001) “The biopolitics of otherness: undocumented immigrants and racial discrimination in the French public debate”, *Anthropology Today* 17 (1), pp. 3-7.
- FERNANDES, L. (1998) *O sítio das drogas: etnografia das drogas numa periferia urbana*, Lisboa: Editorial Notícias.
- (2002) “Acteurs et territoires psychotropiques”, *Déviance et Societé*, 26 (4), pp. 427-441.
- (2006) “Figuras da vitimação colectiva”, *Revista Europeia de Reabilitação e Inserção Social* 1 (1), pp. 57-78.
- (2011) “Fenómeno droga e periferia urbana desqualificada: contributos a partir da etnografia”, *Salud i Ciència* 18 (4), pp.356-357.
- FERNANDES, L. e AGRA, C. (1991) *Uma topografia urbana das drogas*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga.
- FERNANDES, L. e CARVALHO, M. (2000) “Problemas no estudo etnográfico de objectos fluídos: os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social”, *Educação, Sociedade e Culturas* 14, pp. 59-87.
- FERNANDES, L. e NEVES, T (2002). *Ethnographic Space-Time: culture of resistance in a dangerous place*, in BROCHU, S., AGRA, C. da & COUSINEAU, M.-M. (orgs.) *Drugs and Crime Deviant Pathways*, Aldershot: Ashgate.
- FERNANDES, L. e PINTO, M. (2004) “El espacio urbano como dispositivo de control social: territorios psicotrópicos y políticas de la ciudad”, *Monografías Humanitas* 5, pp. 147-162.
- (2008) “Juventude urbana pobre e experiência de cidade: o gunga como figura da ameaça”, in CUNHA, M. (ed) *Aquém e além da prisão. Cruzamentos e perspectivas*, Lisboa: Noventa Graus, pp. 177-222.
- FERNANDES, L. e RAMOS, A. (2010) “Exclusão social e violências quotidianas em “bairros degradados”: etnografia das drogas numa periferia urbana”, *Toxicoddependências* 16 (2), pp. 15-29.
- FERNANDES, L. e RÊGO, X. (2011) “Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade.”, *Etnográfica* 15 (1), pp. 167-181.
- GALTUNG, J. (1969) “Violence, peace, and peace research”, *Journal of Peace Research*, 6, pp. 67-191
- IMBERT, G. (1992) *Los escenarios de la violencia – conductas anómicas y orden social en la España actual*. Barcelona: Icaria.
- LASCH, C. (1978) *The Culture of Narcissism: American Life in an Age of Diminishing Expectations*. New York: W. W. Norton & Company.

- LIPOVETSKY, G. (2006) *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*, Lisboa: Edições 70.
- MUCCHIELLI, L. e LE GOAZIOU, V. (2006) *Quand les banlieues brûlent ... Retour sur les émeutes de novembre 2005*, Paris: La Découverte
- PAUGAM, S. (1996) “La constitución d'un paradigme”, in PAUGAM, S. (ed) *L'exclusion l'état des savoirs*, Paris: Éditions La Découverte.
- PERALVA, A. (2001) “Violência e risco na sociedade contemporânea”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 41 (1-2), pp. 21-33.
- RODRIGUES, C., FIGUEIRAS, R. e JUNQUEIRA, V. (2012) *Desigualdade Económica em Portugal*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- SOULET, M-H (2000). Pensar a exclusão nos dias de hoje: não-integração ou desintegração?. In Marc-Henri Soulet (ed) *Da não-integração – tentativas de definição teórica dum problema social contemporâneo*. Coimbra: Quarteto
- WACQUANT, L. (1996) “L'underclass urbaine dans l'imaginaire social et scientifique Américain”, in PAUGAM, S. (org.) *L'exclusion: l'état des savoirs*. Paris: Ed. La Découverte.
- YOUNG, J. (1971) *The Drugtakers*. London: Paladin.

© Copyright Luís Fernandes, 2014

© Copyright *Quaderns-e de l'ICA*, 2014

Fitxa bibliogràfica:

FERNANDES, Luís (2014), “A exclusão social como revelador das relações entre violência estrutural e violência quotidiana”, *Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia*, 19 (1), Barcelona: ICA, pp. 175-186. [ISSN 169-8298].

